

DEMOCRACIA E ESCOLA: DESAFIOS, EQUIDADES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

ANA BEATRIZ CORREA DA SILVA ¹

LUIZA RENATA GONÇALVES CORREA ²

MARIA EDUARDA CALDAS MOREIRA ³

RESUMO

O trabalho discute a relação entre educação, democracia e diversidade, partindo da compreensão que afirmar o ser humano, é um ato político. Entendendo a política como convivência entre sujeitos, sabendo que essa relação pode assumir formas autoritárias ou democráticas. Nesse contexto, a escola é concebida como espaço essencialmente político, cuja organização e funcionamento impactam diretamente a formação cidadã.

A democracia tem suas raízes na experiência da Grécia Antiga, onde, apesar de seu caráter excludente, consolidou-se a ideia de participação política dos cidadãos. A educação grega, conhecida como Paideia, estava voltada à formação integral do indivíduo para a vida pública, evidenciando a indissociabilidade entre educação e democracia.

Quando organizada de forma autoritária, a escola reproduz desigualdades sociais; quando estruturada no diálogo e na participação, torna-se instrumento de emancipação. Assim, a escola não pode ser reduzida a modelos empresariais pautados em metas e produtividade, pois tal lógica compromete a formação humana e reforça desigualdades.

Desse modo, a democratização da escola implica a descentralização do poder, o fortalecimento da participação coletiva e a superação de práticas burocráticas e excludentes. Com base nas contribuições de Paro e Freire, reafirma-se que educar para a democracia exige que a própria escola seja democrática em sua estrutura e gestão. Uma educação emancipadora depende da construção cotidiana de práticas baseadas no diálogo, na participação e na justiça social, garantindo a formação integral de sujeitos críticos e conscientes. Assim busca-se compreender o ambiente escolar como espaço para a prática democrática, política e pedagógica.

Palavras-chave: Democracia; Escola; Gestão; Desigualdades;

INTRODUÇÃO

A afirmação do ser humano é uma afirmação política? Se compreendermos a política como a convivência entre sujeitos, essa relação pode se dar de forma autoritária ou democrática. A democracia, em sua essência, vai muito além do ato de votar; ela fundamenta-se na convivência

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Email: ana.correa@iced.ufpa.br

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Email: luiza.correa@iced.ufpa.br

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Email: maria.caldas@iced.ufpa.br

entre seres que se reconhecem em sua finitude e subjetividade. Essa base é indispensável para examinarmos o funcionamento das instâncias coletivas, pois a educação só se realiza plenamente se for democrática. Partindo do princípio de que a criança só aprende se quiser, o papel da escola não é apenas transmitir conhecimento ou cultura, mas sim propiciar condições dialógicas para que o aluno deseje aprender. Esse processo é intrinsecamente arriscado e exige uma relação de respeito mútuo entre as subjetividades de educador e educando. Para que esse fundamento se materialize, educar para a democracia exige que a própria escola seja democrática em sua estrutura. Nesse cenário, a gestão escolar, tradicionalmente vista como uma função meramente administrativa, assume um papel político e pedagógico fundamental. A escola não é um espaço neutro, ela produz saberes múltiplos, que vêm da academia, mas também da vida dos alunos, e pode tanto reproduzir quanto combater as desigualdades sociais. Portanto, a democratização do ensino passa pela descentralização do poder e pela participação ativa da comunidade, promovendo uma gestão comprometida com a equidade, a justiça social e a superação de práticas excludentes.

Compreender essa dinâmica é essencial para a formação do gestor educacional, o profissional responsável pelas decisões que impactam diretamente o sucesso e a permanência dos estudantes. Embora o professor seja a figura mais imediata no ambiente escolar, é o gestor pedagógico quem atua nos bastidores. Esse profissional deve possuir um conhecimento que transcende o pedagógico, dominando o gerenciamento de pessoas e a articulação entre as equipes técnica e administrativa. É essa capacidade de gerenciar o corpo da escola, de forma integrada e política, que garante uma educação pública verdadeiramente emancipadora.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nas contribuições teóricas de Vitor Henrique Paro e Paulo Freire, também são considerados fundamentos legais da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Buscando compreender a “democracia, gestão pedagógica e a lógica empresarial” e “a escola como motor de manutenção de desigualdades sociais”, tópicos que serão desenvolvidos na fundamentação teórica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Democracia, gestão pedagógica e a lógica empresarial

A ideia de democracia enquanto sistema de organização política e ordem ética para a convivência entre os homens nasce na Antiga Grécia, especialmente em Atenas, no período de V e IV a.C. Sendo um termo que deriva da junção de demos (Povo) e kratos (poder). Significando no sentido literal "O poder do povo". Entretanto, essa concepção representava somente homens livres, ateniense e proprietários de terras, excluindo as mulheres, pessoas estrangeiras e aquelas em situações de escravidão, tal sistema estava longe de abranger um regime universal e inclusivo no que diz respeito a política das tomadas de decisões. Sobretudo, não deve-se negar os legados deixados pela experiência grega, como a criação das assembleias populares (ekklesia), os debates públicos que contava com a participação dos cidadãos nas deliberações da cidade. De igual modo, a educação, ou melhor, o direito à ela, pertencia aqueles cidadãos em posse de privilégios, nem todas as crianças tinham acesso a instrução da época. Ao qual, denominava-se Paideia, o sistema de formação dos indivíduos correspondia a dimensões morais, políticas, físicas e do intelecto. Não tratava-se somente de técnicas, mas da construção de sujeitos aptos à vida pública, capazes de argumentar, deliberar e agir em favor

da polis (cidade). Ainda que não fosse institucionalizada nos modelos modernos de escola, a educação grega articulava conhecimentos de ginástica, música, retórica, filosofia, afim de formar homens participantes na sociedade. Assim, a Educação e democracia eram indissociáveis, ou seja, não haveria participação política sem que houvesse formação ética e cultural que preparasse aqueles para o exercício da cidadania. Essa relação entre Educação e Democracia, ressurgente entre os debates atuais, haja vista, que o homem, o objeto de ensino, é um ser histórico que produz política.

A educação é por natureza, um ato político e deve estar comprometida com a democratização da sociedade. (Paro, 2017). A escola nesse sentido, não pode ser reprodutora de estruturas autoritárias e burocráticas, mas precisa, sobretudo garantir a participação de professores, estudantes, famílias e comunidade nas decisões pedagógicas e de cunho administrativo. Conforme Art. 2º da LBD (Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional): "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." O debate sobre democracia e educação é complexo e extenso, incluso de diversas contradições. Apesar disso, não se pode contraditar a necessidade em encontrar caminhos para uma Educação emancipatória e equitativa, ainda que exista falácias sobre a ruína do Ensino e o fracasso da Escola, deve-se compreender que este problema não é apenas pedagógico, mas sim estrutural. Afim de superar a lógica meritocrática, que pressupõe igualdade de oportunidades, que na realidade, não existe.

Um dos meios para conquistar qualidade na Educação á se tratar neste estudo, refere-se a um conceito simples, mas profundo: A gestão democrática. Um princípio político-pedagógico que defende a participação efetiva da comunidade escolar, ou seja, os professores, funcionários, famílias, estudantes e sociedade civil, nos processos de decisão e organização daquela unidade educativa. Um dos principais desafios ao implantar essas práticas está na crença que uma Escola pública operando de maneira democrática é considerado coisa utópica (Paro, 2016). Isso, porque esta ideia está impregnada de um raciocínio capitalista que transforma a escola num campo competitivo, um mecanismo de seleção social, que determina melhores condições aqueles com melhores privilégios. No Brasil, esse princípio ganha força, á partir da Constituição Federal de 1988, que preconiza a Gestão democrática do Ensino Público como um dos fundamentos da educação Nacional, posteriormente reafirmado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), contudo, o aparato legal por si só, não garante sua concretização. Muitas escolas funcionam sob práticas centralizadoras, burocráticas e que fazem manutenção de relações hierárquicas. As quais, estabelecem a figura do Gestor como a principal figura de poder dentro do processo administrativo-pedagógico. Conforme Paro, 2016, p.14

"Por isso, é preciso, com elas, buscar a reorganização da autoridade no interior da escola. (...) Á esse respeito, o maior obstáculo que vejo, nos dias de hoje, é precisamente a posição atual do diretor que o coloca como autoridade última no interior da escola."

Além é claro, da postura empresarial adotada para funcionamento da escola, um método que não cabe a pluralidade de histórias e menospreza a alteridade entre os corpos que ocupam aquele espaço, a gestão escolar não pode ser formulada a partir de modelos empresariais, a educação não pode ser vista como empresa e o aluno como cliente, nessa perspectiva, a escola deve ter com fim, a formação humana e não visar lucro e eficiência de produção, como as famosas metas quantitativas, a competitividade e o controle excessivo, com isso, a escola está correndo um grande risco do esvaziamento do seu propósito educativo e a redução do seu trabalho á métricas.

A escola como motor de manutenção de desigualdades sociais

A escola, enquanto instituição social, ocupa um lugar estratégico na consolidação da democracia, na medida em que atua como um verdadeiro “exército democrático”, responsável pela formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seus direitos e deveres. Sua relevância não se limita à transmissão de conteúdos, mas se expressa na promoção de valores como diálogo, participação, respeito às diferenças e justiça social. Nesse sentido, a escola tem potencial para oportunizar caminhos de equidade entre os sujeitos ao reconhecer as desigualdades históricas, sociais e culturais que atravessam o espaço escolar e ao construir práticas pedagógicas e administrativas que garantam igualdade de condições de acesso, permanência e sucesso escolar. Entretanto, a realidade educacional revela um conjunto de situações em que a escola não consegue assegurar. A insuficiência de políticas públicas, a precarização das condições de trabalho docente e a fragilidade do apoio institucional contribuem para que a escola não cumpra sua função social de forma efetiva, reforçando desigualdades ao invés de combatê-las. Além disso, embora inserida em uma sociedade que se afirma democrática, a escola frequentemente reproduz sistemas autoritários em sua organização e funcionamento. Relações hierárquicas rígidas, decisões centralizadas, ausência de participação da comunidade escolar e práticas disciplinares punitivas evidenciam contradições entre o discurso democrático e a prática cotidiana. Essa lógica autoritária compromete a formação cidadã, pois ensina, na prática, a obediência e a passividade, em vez da autonomia, do diálogo e da construção coletiva. Segundo Freire, 1996, p. 38

"Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades."

Dessa forma, pensar a escola como espaço democrático exige problematizar suas estruturas, suas práticas e seus modos de gestão. A efetivação de uma educação comprometida com a democracia pressupõe a superação de modelos autoritários e excludentes, a valorização da participação de estudantes, professores e comunidade, e a construção de uma escola que, ao mesmo tempo em que ensina sobre democracia, a vivencie cotidianamente. Somente assim a escola poderá cumprir seu papel social de formação integral dos sujeitos e de fortalecimento da democracia como prática viva e cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o raciocínio desenvolvido, a escola se revela como um espaço eminentemente político, cuja estrutura e gestão podem tanto perpetuar as desigualdades sociais existentes quanto se converter em um poderoso agente de transformação e equidade. Seu papel reside em possibilitar a apropriação de saberes historicamente construídos, que englobam não apenas informações, mas também o desenvolvimento de valores, crenças e comportamentos essenciais para a convivência social. No entanto, é crucial reconhecer que, como aponta Vitor Henrique Paro, "...a principal falha hoje da escola com relação a sua dimensão social parece ser sua omissão na função de educar para a democracia.". Essa omissão é particularmente preocupante, pois, a qualidade do ensino não se restringe à quantidade de conteúdos assimilados ou ao sucesso em exames. Pelo contrário, a educação de qualidade deve pautar-se pela formação do cidadão para o viver bem, o que implica o desenvolvimento de uma consciência crítica e a capacidade de atuar ativamente na construção de uma ordem social mais adequada à realização do bem-estar de todos. Assim, a escola é vista como um ambiente propício para um processo educativo que, por meio da interação entre sujeitos livres, capacita os indivíduos para a prática

política e democrática na sociedade, superando a visão meramente informativa e instrumental do ensino.

REFERÊNCIAS

PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. Revista Portuguesa de Educação, vol.13, núm. 1, 2000, pp. 23-38. Universidade de Minho. Braga, Portugal.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da Escola Pública: a participação da comunidade. São Paulo: Ática, 2004. Série Educação em Ação.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.